

Justiça determina retorno dos demitidos da UGF, inclusive os professores de Medicina

O amplo movimento formado por professores, pais e entidades de classe e da sociedade civil contra as ilegalidades cometidas pela Universidade Gama Filho obteve sua primeira vitória. As demissões dos professores de Medicina e diversas outras áreas foram anuladas nesta 6ª feira, dia 13/1, por determinação da juíza Cláudia Reina, da 22ª Vara do Trabalho, que concedeu liminar em ação civil pública proposta pelo Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro (SinproRio). Em sua fundamentação, a juíza afirmou que as dispensas coletivas deveriam ter sido precedidas de tentativa de negociação e que UGF deveria ter submetido a decisão de dispensar os profissionais aos Conselhos Universitários, que são órgãos colegiados, o que caracterizou a violação do art. 53 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A magistrada determinou o pagamento de multa de cinco mil reais pela Gama Filho, por cada professor, em caso de descumprimento da decisão. Por determinação do Ministério Público, a UGF terá ainda de suspender o aumento de 25% sobre as mensalidades pagas pelos alunos, e reajustá-las pelo índice do INPC, mantendo as antigas datas de vencimento.

“Esta decisão está sendo comemorada por todos envolvidos, que estão confiantes na ação do poder judiciário”, frisou o Dr. Jorge Darze, Presidente do SinMed, que além de recorrer à justiça, já solicitou audiência ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, para denunciar as irregularidades cometidas pelo grupo Galileo, que comprou a Gama Filho e a UniverCidade, e defender a manutenção do convênio (cancelado pela UGF) com o Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia, unidade histórica de renome, que sempre foi o hospital de ensino da universidade.

O diretor do SinMed, Dr. Luiz Cláudio Mattos, integrante do corpo docente da Gama Filho, que mesmo sendo dirigente sindical foi dispensado como os outros profissionais, salienta que não é apenas a situação dos professores e alunos que preocupa o movimento. Segundo ele, é igualmente grave a situação dos funcionários administrativos da universidade, já que o grupo Galileo não pagou a eles os proventos relativos ao mês de dezembro. “Além disso, a Gama Filho cortou as bolsas parciais e totais a que eles teriam direito enquanto funcionários. A maioria deles não possui outra fonte de renda e está enfrentando situação de dificuldade”, informou o dirigente sindical.